

Estudos Culturais e Meios de Comunicação: Uma reconstituição do trajeto histórico da temática midiática no campo dos estudos da cultura¹

Caynnã de Camargo SANTOS²

Luís Paulo de Carvalho PIASSI³

Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O presente trabalho almeja apresentar uma breve narrativa histórica do desenvolvimento da temática das mídias no campo dos Estudos Culturais. Entendendo a heterogeneidade de abordagens teóricas inerente ao que se convencionou chamar de “Escola dos Estudos Culturais”, optamos por analisar os desdobramentos da problemática midiática nos trabalhos de alguns dos mais destacados autores do campo, assim como em seus principais referenciais teóricos. Iniciamos nosso percurso no marxismo clássico, passando pelas contribuições de teóricos da Escola de Frankfurt, até chegarmos à abordagem própria dos Estudos Culturais em relação às mídias. Por fim, a título de conclusão, expomos os principais desafios que se apresentam no início do século XXI para os estudiosos da cultura interessados na análise dos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais; Mídias; Indústria Cultural; Comunicação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva reconstituir uma narrativa histórica acerca das formas pelas quais os esforços teóricos filiados aos Estudos Culturais têm abordado a temática das mídias, traçando o percurso da problemática dos meios de comunicação no campo da crítica cultural desde trabalhos precedentes à constituição dos Estudos Culturais Britânicos enquanto campo de estudos organizado⁴ (a partir da fundação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* em 1964) até os desdobramentos contemporâneos dos Estudos Culturais inseridos no cenário pós-moderno e globalizado.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestrando em Estudos Culturais na EACH-USP e estudante de Graduação 1º semestre do Curso de História da Arte da EFLCH-UNIFESP, email: caynna.santos@usp.br

³ Luís Paulo de Carvalho Piassi é professor do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da EACH-USP e orientador no Programa de Mestrado em Estudos Culturais da mesma instituição, email: lppiassi@usp.br

⁴ Apesar de utilizarmos o termo “campo de estudos organizado”, vale ressaltar o caráter diverso, heterogêneo e muitas vezes conflitante dos Estudos Culturais, aproximando-o mais de uma noção de “campo gravitacional” do que da ideia de uma disciplina academicamente “policiada”, com paradigmas consensualmente estabelecidos (BAPTISTA, 2009).

Para elaborarmos uma reconstituição satisfatória do trajeto das mídias no campo dos Estudos Culturais, entendemos ser necessário analisarmos brevemente como a temática em questão foi abordada pelos principais referenciais teóricos e ideológicos dos Estudos Culturais britânicos e seus *founding fathers*⁵. Nesse sentido, iniciaremos nosso percurso a partir dos escritos de Marx e dos intelectuais organizados em torno da Escola de Frankfurt.

OS PRIMÓRDIOS: MARX, ESCOLA DE FRANKFURT E AS MÍDIAS

Já no *Manifesto*, Marx e Engels celebram o potencial dos novos meios de comunicação enquanto facilitadores e aceleradores de ações “autônomas e solidárias” da população trabalhadora, que até então havia sido marginalizada da atividade política. Como coloca Brunkhorst,

O que promove - assim perguntavam Marx e Engels no Manifesto – a solidária “união dos trabalhadores”? Não é a simpatia local da associação compartilhada, a afeição amigável de cidadãos igualmente bem-sucedidos situados em uma pólis, mas “a estrada de ferro”, “o comércio extensivo” e “os meios avançados de comunicação criados pela indústria moderna, os quais colocam em contato trabalhadores de diferentes localidades (...)”⁶.(BRUNKHORST, 2008, p.296)

Dessa forma, podemos afirmar que até este momento a teoria marxista relacionava intrinsecamente a liberdade e a solidariedade com o desenvolvimento dos meios de comunicação modernos. Porém, após a derrota da revolução de trabalhadores parisienses em 1848 e o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851, Marx modifica radicalmente seu tom acerca do tema.

Ao observar a utilização manipuladora, por parte de Bonaparte, dos efeitos aceleradores da publicação de massa e do telégrafo, assim como da velocidade das estradas de ferro para estabelecer na França um novo estilo de propaganda eleitoral, Marx apresenta em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” uma visão mais contida e realista sobre os meios de comunicação, observando que estes não apenas possibilitam a união mais rápida das massas exploradas, como também de seus senhores. Ou seja, o filósofo alemão atenua o papel dos meios de comunicação de massa enquanto elementos emancipatórios, acentuando seu caráter dominador, observação esta de grande valia para os desenvolvimentos posteriores de uma crítica teórica às mídias.

⁵ Ou “os pais fundadores”, referindo-se aos precursores do *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham: Richard Hoggart (1918); Raymond Williams (1921-1988); Edward. P. Thompson (1924-1993); Stuart Hall (1932), entre outros.

⁶ Marx e Engels, *Later Political Writings*, p.9.

Com base no método da crítica à economia política, os intelectuais organizados em torno do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, destacadamente Adorno e Horkheimer, iniciaram entre as décadas de 1920 e 1930 um esforço pioneiro no sentido de promover na academia investigações científicas pautadas pela obra de Karl Marx. No âmbito da problemática dos meios de comunicação, a Escola de Frankfurt inaugurou uma abordagem crítica aos estudos da mídia que, como aponta Kellner (2001), foi fundamental para o desenvolvimento do projeto teórico/prático dos Estudos Culturais britânicos na década de 1960.

Podemos destacar como uma das principais contribuições da Escola de Frankfurt para os estudos de mídia seu esforço no sentido de situar os meios de comunicação de massa no modo de produção material capitalista, relacionando tal dimensão econômica e política dos meios de comunicação com estudos semióticos dos textos e estudos de recepção, voltados para a análise dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa (KELLNER, 2001). Ao cunharem a expressão “indústria cultural”, os proponentes de uma teoria crítica da sociedade salientavam a transposição das formas de produção capitalista para o âmbito cultural – as “indústrias culturais” seriam a forma de organização cultural paralela ao Fordismo enquanto modo de produção industrial -, acentuando o papel central de veículos como o cinema, rádio, revistas, histórias em quadrinhos, propaganda e imprensa enquanto legitimadores de discursos hegemônicos e integradores dos indivíduos na lógica dominante da sociedade capitalista.

Apesar de fundamental para os desenvolvimentos posteriores no campo dos estudos das mídias e suas imbricações com a dimensão da cultura, a abordagem teórica proposta pela Escola de Frankfurt apresenta certas limitações que dificultaram o desenvolvimento abrangente da problemática dos meios de comunicação até a década de 1940. Como aponta Kellner (2001, p. 45), a Escola de Frankfurt concebe uma dicotomia clara entre alta e baixa cultura, atribuindo exclusivamente à “arte autêntica” os esforços de contestação social e emancipação artística, enquanto relega à cultura de massa - àquela produzida sem fins propriamente estéticos e distribuída pelas mídias de massa – um caráter inequivocamente reificado, mercantilizado e ideológico. Os trabalhos vinculados a esta corrente teórica também entendem o público enquanto massa que assimila passivamente os discursos veiculados pelos meios de comunicação⁷. Tais constatações marcadamente negativas que

⁷Eventualmente, Adorno aceita raros momentos de contestação na cultura de massa, assim como a possibilidade de recepções divergentes por parte do público. Porém, como coloca Kellner (2001, p. 45), “(...) em geral o modelo da Escola de Frankfurt é ostensivamente redutor e monolítico (...)” no que concerne à indústria cultural e suas audiências.

Adorno e Horkheimer fazem em relação aos novos meios de comunicação foram fortemente influenciadas pela ascensão da barbárie nacional-socialista na Alemanha e o uso intensivo dos meios de comunicação – principalmente o rádio – como ferramentas de propaganda do *Führer*, emergindo assim o potencial repressivo das novas tecnologias de comunicação de massa.

Dessa forma, temos que apesar de suas limitações, as abordagens teóricas transdisciplinares propostas pelos intelectuais da Escola de Frankfurt contribuíram de maneira inestimável para o desenvolvimento de uma linha crítica no campo dos estudos de mídia, principalmente no tocante à atenção dada para a natureza ideológica dos discursos da indústria cultural, integrando os estudos da comunicação e cultura no universo geral das dinâmicas de uma sociedade capitalista. Tais ganhos teóricos foram basilares para a elaboração de uma abordagem crítica própria dos Estudos Culturais em relação às mídias.

A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo ocidental vivencia a emergência da sociedade do consumo. Há neste período a grande expansão das corporações e seus modos de produção de massa e, por conseguinte, uma simultânea ampliação do alcance e uso das mídias – em particular o rádio e a cada vez mais importante, televisão – tratadas como meios propagandísticos essenciais para o mantimento da ascendente do consumo. Durante o final da década de 1940 e decorrer dos anos de 1950, diversos estudiosos nos países capitalistas mais desenvolvidos passaram a elaborar teorias sobre o consumo e as mídias, em resposta às transformações da sociedade do consumo (material e simbólico) de massa. Como apontam Durham e Kellner (2006), neste período podemos destacar o crescimento, no cenário norte-americano, de estudos voltados para os gostos da audiência em relação a programas de rádio e TV. Estudiosos como o funcionalista Paul Lazarsfeld, juntamente com intelectuais filiados à Escola de Frankfurt - que por conta do conflito na Europa foram forçados a se reorganizar nos Estados Unidos -, desenvolveram no campo da pesquisa administrativa diversos trabalhos sobre o consumo do público em relação às comunicações de massa e acerca dos efeitos das mídias sobre o processo de construção da opinião pública (WOLF, 2005). Tal período produziu uma importante tradição de estudos empíricos das formas estabelecidas de cultura e comunicações.

Contudo, é na Inglaterra da década de 1960, período frutífero no que diz respeito à emergência de novas abordagens críticas da cultura e sociedade, que há o surgimento de um dos mais influentes e notórios projetos teórico/práticos no campo da cultura, a partir da criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham.

Fundado em 1964, o Centro reuniu em seu período inicial intelectuais de formação marxista tais quais E. P. Thompson, Raymond Williams e Richard Hoggart, este último sendo o primeiro diretor do CCCS, sucedido por Stuart Hall. Juntos, a tríade dos ditos “pais fundadores” dos Estudos Culturais britânicos desenvolveram um projeto teórico pautado pela ampliação da noção vigente até então acerca de “cultura”.

Raymond Williams empresta da antropologia a definição de cultura enquanto um modo de vida, ou seja, uma ampla e complexa gama de valores, práticas e significados que organizam a vida comum em um determinado período histórico. A partir de tal definição, o autor abarca no campo da cultura não apenas as grandes obras de arte, como também as práticas sociais que modificam as formas de organização da sociedade, atribuindo assim valor cultural às conquistas das classes trabalhadoras, como os processos de constituição de sindicatos e partidos políticos. Dessa forma, o autor galês propõe pensar a cultura como uma esfera indissociável do mundo material (CEVASCO, 2003).

Sob uma perspectiva marcadamente materialista, os intelectuais fundadores dos Estudos Culturais britânicos – e em especial Raymond Williams – propuseram uma reinterpretação da teoria marxista tradicional, reavaliando termos-chave como “determinação”, “superestrutura” e “base”, visando à elaboração de uma teoria materialista da cultura que, por fim, tomasse as práticas e artefatos culturais enquanto forças produtivas de novos valores e significados que, ao atuarem sobre uma realidade socioeconômica (da qual não são meros reflexos, como ditaria o materialismo marxista mais ortodoxo⁸), interferem em seus rumos históricos (WILLIAMS, 2005).

No período que Durham e Kellner (2006, p. 24) chamam de “o agora clássico período dos Estudos Culturais britânicos”, que se estendeu do início da década de 1960 até o início dos anos de 1980, os estudiosos organizados em torno do CCCS se concentraram nas inter-relações entre representações e ideologias de classe, gênero, sexo, étnicas e

⁸ Os intelectuais da primeira geração dos Estudos Culturais britânicos opõem-se especialmente à proposição apresentada por Karl Marx no Prefácio à sua obra “*Contribuição à Crítica da Economia Política*”. Neste, o autor alemão defende que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2003, p. 5). Nesse sentido, as práticas culturais e artísticas seriam inequivocamente determinadas pelas formas de produção material, de maneira a extirpar destes campos superestruturais qualquer possibilidade de ação autônoma, oposicionista ou transformadora.

nacionais em textos culturais, com foco especial à cultura da mídia (idem). Diferentemente de outras perspectivas teóricas, que por vezes tomavam a dinâmica econômica como explicação suficiente para compreender os meios de comunicação, os *cultural studies* acentuaram a atenção nas estruturas sociais e nos contextos históricos, enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação da mídia (WOLF, 2005).

A proposta dos Estudos Culturais de estudar os meios de comunicação através de análises múltiplas – política, econômica, cultural, etc - é bem explicitada no trabalho de Raymond Williams “*Television: technology and cultural form*”(1974). Neste, Williams enfatiza a necessidade de se considerar a televisão como um complexo conjunto de práticas socioculturais particulares, nas quais estão inseridos produtores, telespectadores e diversos outros agentes e instituições sociais, todos partes de um processo de constituição mútua. Sob as concepções do materialismo cultural, o autor buscou evidenciar as inter-relações entre as mídias – destacadamente a televisão - e o todo social (ROXO; SACRAMENTO, 2010, p.11-12).

Entendida pela perspectiva dos Estudos Culturais, a cultura da mídia seria um terreno de lutas, caracterizando-se por sua ambivalência. Ou seja, os meios de comunicação não se tratam apenas de instrumentos completamente apropriados pelas classes dominantes, através dos quais se efetivam unicamente práticas ideológicas.

A mídia possibilita a visibilidade de inúmeras questões públicas, fixando seu papel na reconfiguração das relações entre os sujeitos e servindo como espaço para a estruturação, criação e recriação das identidades individuais e coletivas (HALL, 2005). Ao mesmo tempo, ela se configura como o espaço para que grupos hegemônicos disseminem discursos e ideologias, escamoteando, muitas vezes, as diferentes culturas e seus respectivos conflitos. Analisar e compreender os discursos midiáticos na perspectiva dos Estudos Culturais significa observar o modo como se dá esse jogo cultural dentro da mídia, essa mistura de vozes e pontos de vista – do hegemônico e do subalterno.

Um dos “avanços genuínos” (KELLNER, 2001, p. 55) do grupo de Birmingham em relação a abordagens anteriores sobre mídia e seus públicos, especialmente em comparação à perspectiva frankfurtiana, diz respeito ao entendimento da audiência enquanto público ativo, privilegiando a negociação de sentido que se dá no momento da recepção e salientando a possibilidade de leituras e interpretações divergentes, e muitas vezes até contestadoras, das mensagens veiculadas por jornais, rádio, televisão e filmes.

A partir de um ponto de vista mais complexo e dinâmico, os Estudos Culturais se distinguiram de demais abordagens, em especial do funcionalismo rígido que qualifica a “teoria conspirativa da mídia” (WOLF, 2005, p. 104). Esta entende os meios de comunicação de massa como puros instrumentos de controle social a serviço das elites no poder. O grupo de Birmingham, por sua vez, enfatizava a natureza contraditória e variável dos sistemas de reprodução cultural, atentando para a relação dialética entre sistemas culturais dominantes e disposições individuais.

Portanto, podemos afirmar que os intelectuais pertencentes a esta “primeira geração” dos Estudos Culturais britânicos apresentaram duas contribuições centrais para o paradigma teórico vigente até então no campo dos estudos da mídia: (1) eles “levaram os artefatos midiáticos a sério”, rejeitando distinções entre alta e baixa cultura e entendendo os efeitos sociais, tanto de caráter emancipatório quanto integrador, dos textos presentes nos meios de comunicação de massa e, (2) enfatizaram a agência humana, inaugurando uma noção de público ativo, que negocia significados no processo de recepção, em detrimento da visão anteriormente corrente de audiência passiva.

Porém, como bem observa Kellner (2001), os estudos de recepção de textos midiáticos desenvolvidos ao final da década de 1960 e no decorrer da década subsequente por estudiosos vinculados aos *Cultural Studies* flertaram de forma recorrente com o que o autor chama de “fetichismo da audiência” (KELLNER, 2001, p. 56). Há neste período uma supervalorização do público, exacerbando a importância da recepção e da construção de significados por parte da audiência, em detrimento de estudos que relacionam tal dimensão com análises textuais e dos contextos sociais, dos quais os artefatos culturais emergem, assim como seus sistemas de produção.

Dentro da tradição da pesquisa de recepção no campo dos Estudos Culturais, podemos salientar um marco teórico ocorrido na década de 1970. Tal acontecimento se refere à publicação do hoje célebre “*Encoding and Decoding in television discourse*” (1973), de Stuart Hall. No texto, pautado pelas noções gramscianas de ideologia e hegemonia, o autor jamaicano identifica no processo de recepção três posições hipotéticas de interpretação da mensagem midiática: posição dominante, negociada e contestadora. De maneira geral, em uma leitura dominante o público apropria-se dos textos que reproduzem os interesses de uma classe dominante, adotando suas intenções ideológicas. Em um contexto de leitura negociada, os sentidos da mensagem são elaborados de forma dialógica com as condições particulares do receptor. Por fim, em uma leitura contestadora ou de

oposição, o leitor entende os objetivos ideológicos da mensagem, porém a interpreta segundo uma estrutura alternativa de referência (COSTA, 2012, p. 113). Segundo Porto,

O modelo encoding-decoding, tal como desenvolvido por Hall [...], é um dos enfoques mais importantes no estudo das audiências da mídia. Ele tem sido uma referência importante para os estudos de recepção que surgiram na década de 1980 a partir de teorias críticas. (PORTO, 2003, p. 11)

Apesar da forte influência benéfica exercida pelo texto de Hall sobre trabalhos posteriores, no sentido de ampliar e problematizar as noções até então dominantes nos estudos de recepção de mensagens midiáticas, o modelo de codificação-decodificação contribuiu também para o surgimento de uma nova espécie de dogmatismo teórico no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Segundo Kellner (2001), os Estudos Culturais vivenciaram neste período uma valorização incondicional da resistência do público (leitura contestadora), sem diferenciar criticamente as formas de resistência possíveis, muitas vezes perdendo de vista os efeitos manipuladores de determinados tipos de cultura da mídia⁹.

Sendo assim, podemos afirmar que os estudos de recepção caracterizaram um corretivo à abordagem anterior da Escola de Frankfurt, no sentido de diferentemente do paradigma precedente, terem atentado para os momentos de resistência e contestação do público. Por outro lado, ao fetichizarem a audiência e suas leituras de oposição, diversos estudos recentes perderam em qualidade e profundidade por não situarem os artefatos culturais no quadro de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, não elaborando assim uma análise mais abrangente da produção de cultura e de sua economia política.

No concernente aos esforços teóricos filiados aos Estudos Culturais voltados especificamente para análises textuais das mensagens midiáticas, observamos uma forte tradição que privilegia, desde a década de 1960 até os dias atuais, estudos sobre a temática das representações de grupos marginalizados nas mídias. Entendendo os meios de comunicação enquanto “(...) uma arena de luta na qual representações transcodificam os discursos de movimentos sociais conflitantes” (DURHAM; KELLNER, 2006, p. 33), diversos estudiosos da cultura utilizaram da perspectiva semiótica para abordar continuamente a problemática das representações de grupos tais quais mulheres, minorias étnicas e sexuais em filmes, programas de TV e na música, em consonância com a

⁹Kellner (2001, p. 57) critica Fiske (1993) afirmando que o autor, ao estudar os efeitos da apresentação do filme *Duro de Matar* em um abrigo para pessoas sem-teto, louva a resistência do público a uma leitura dominante sem discriminar entre resistência progressista e reacionária, emancipatória e destrutiva, tomando assim toda forma de resistência como positiva e despolitizando tal noção. Tal crítica exemplifica o dito “fetichismo da resistência”, corrente nos Estudos Culturais durante as duas últimas décadas do século XX.

emergência simultânea de movimentos sociais organizados em torno da luta por igualdade entre gêneros e pelos direitos civis de negros e homossexuais. Esse *pari passu* entre rumos teóricos e ação política marca o caráter combativo e engajado dos Estudos Culturais, característica fundamental do projeto político-intelectual elaborado pelo grupo de Birmingham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Com o florescimento da teoria pós-moderna nas últimas décadas do século XX e início do presente século, o campo dos Estudos Culturais se viu diante de uma grande diversidade de novas formas de abordagem para o estudo das mídias e cultura. A teoria pós-moderna, tomada em sua versão mais dialética e política, possibilita novas compreensões acerca da crítica cultural no período contemporâneo, podendo de forma efetiva chamar a atenção de estudiosos para as novas configurações e funções da cultura na contemporaneidade, unindo os impactos das novas tecnologias de comunicação, a economia globalizada e o novo cenário político a análises pautadas pelas dinâmicas de dominação e resistência e seus desdobramentos no campo midiático.

Simultaneamente, com a evolução do processo de globalização e suas conexões com revoluções nos campos científico, tecnológico e econômico, a área de estudos da mídia no interior dos Estudos Culturais enfrenta novos desafios. Busca-se agora repensar antigas teorias e elaborar novas abordagens multidisciplinares que possibilitem o desenvolvimento de análises satisfatórias dos textos presentes nos mais novos meios de comunicação e de seus impactos políticos e sociais, levando em conta, por exemplo, os potenciais tanto progressistas quanto hegemônicos de mídias inovadoras como a internet.

Ou seja, estamos agora em um período da história dos Estudos Culturais no qual, em face aos novos desafios apresentados pelo cenário contemporâneo, - decorrentes de fenômenos políticos, econômicos e sociais - teóricos buscam desenvolver novas formas de estudos da mídia “(...) que abranjam uma ampla gama de campos, textos e práticas, que se estende desde a música popular à poesia e desde a pintura ao ciberespaço e às multimídias, como *DVDs* e *Ipods*” (DURHAM; KELLNER, 2006, p. 37).

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria Manuel. “O quê e o como da investigação em Estudos Culturais”. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) **Cultura: Metodologias e Investigação**. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009.

BRUNKHORST, Hauke. “A Teoria Crítica e a análise da sociedade contemporânea de massa”. In: RUSH, Fred (org.) **Teoria Crítica**. Tradução de Beatriz Katinsky e Regina Andrés Rebollo. 2ª Edição. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Jean Henrique. Stuart Hall e o modelo “*encoding and decoding*”: por uma compreensão plural da recepção. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 12, p. 111 – 121, set. 2012.

DURHAM, M. G. e KELLNER, D. **Media and Cultural Studies: Keywords**. Malden: Blackwell, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PORTO, Mauro P. A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia: propondo um enfoque integrado. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM, Belo Horizonte, MG. **Anais...** 2-6, set. 2003.

ROXO, Marco Antônio ; SACRAMENTO, Igor . Thompson/Williams: para uma história cultural da comunicação. *Interin* (Curitiba), v. 9, p. nº 3, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**. São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio, 2005

_____. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.